

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.579.887 - MS (2019/0271911-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : MARIA LUCIA DE OLIVEIRA  
**ADVOGADOS** : JOSIANE ALVARENGA NOGUEIRA E OUTRO(S) - MS017288  
ALEX FERNANDES DA SILVA - MS017429  
**AGRAVADO** : BANCO ITAU CONSIGNADO S.A  
**ADVOGADOS** : ERNESTO BORGES NETO E OUTRO(S) - MS006651A  
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO - MS013116  
YURI ARRAES FONSÊCA DE SÁ - MS017866  
MICHELLE DE AVILA BRUNO - MS018274

**EMENTA**

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E RECURSO ESPECIAL MANEJADOS SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS. DESCONTOS INDEVIDOS. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489, §, 1º, IV, 1.022, II, DO NCPC. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA Nº 284 DO STF. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO NÃO CONTRATADO. ATO ILÍCITO. REFORMA. MINORAÇÃO DO *QUANTUM* INDENIZATÓRIO. POSSIBILIDADE. FIXAÇÃO EM VALOR IRRISÓRIO. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO, EM PARTE, E NESSA EXTENSÃO, PROVIDO.

**DECISÃO**

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA (MARIA) propôs ação declaratória de inexistência de débito cumulada com repetição de indébito e danos morais contra BANCO ITAÚ BMG (BANCO), em razão de indevidos descontos efetivados em seu benefício previdenciário oriundo de empréstimo bancário não contratado.

O Juízo de primeira instância julgou parcialmente procedentes os pedidos, para o fim de declarar inexistente a relação jurídica entre as partes, condenar o BANCO à devolução simples dos valores descontados do referido benefício, em relação aos fatos descritos na inicial, cujas parcelas deverão ser atualizadas a partir de cada desconto, com juros legais de 1% ao mês e correção monetária pelo IGPM (FGV), até a data do efetivo pagamento e, ainda, ao pagamento de indenização por danos morais em favor da parte autora no valor de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais), cujo valor deverá ser atualizado com juros legais de 1% ao mês, a partir do evento danoso e correção monetária

pelo IGPM (FGV), a partir do arbitramento (e-STJ, fls. 123/127).

O TJMG negou provimento ao recurso de apelação de MARIA, com a seguinte ementa:

*E M E N T A – APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – VALOR DA INDENIZAÇÃO MORAL - RAZOABILIDADE – RESTITUIÇÃO DOS VALORES INDEVIDAMENTE DESCONTADOS NA FORMA SIMPLES – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MANTIDOS - RECURSO DESPROVIDO.*

*1. O dano moral é in re ipsa, devendo o quantum ser mantido em R\$ 950,00, por se mostrar razoável, atender a natureza satisfatório-pedagógica da indenização e estar de acordo com o hodierno posicionamento deste Colegiado, principalmente em razão da particularidade de terem sido descontadas apenas 02 (duas) parcelas.*

*2. A restituição dos valores indevidamente descontados do benefício previdenciário da autora deverá ser feita na forma simples, por inexistência de comprovação de má-fé na conduta do agente financeiro.*

*3. Os honorários advocatícios de sucumbência foram fixados em consonância com o nível de complexidade da demanda, a importância da causa, o tempo de duração do feito e o valor atualizado da indenização que inclui não apenas o dano moral, mas também à restituição dos valores descontados, não havendo razão para majorar o percentual fixado pelo juízo singular (10%) (e-STJ, fl. 182).*

Os embargos de declaração opostos por MARIA foram rejeitados (e-STJ, fls. 206/210).

Irresignada, MARIA interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, alegando violação dos arts. 489, II e § 1º, IV, e 1.022, II, do NCPC; 186 e 927 do CC/02, e 6º, VI, e 14 do CDC, ao sustentar (1) a necessidade de retorno dos autos ao Tribunal de origem para que lá sejam analisadas as teses levantadas nos embargos de declaração que opôs; e (2) o valor fixado para a indenização é irrisório, devendo, pois, ser majorado.

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 227/233).

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul inadmitiu o apelo nobre diante da incidência da Súmula nº 83 do STJ, em relação a suscitada violação dos arts. 489, § 1º, IV, 1.022 II, do NCPC e Súmula nº 7 desta Corte, em relação a alegada

vulneração dos demais dispositivos infraconstitucionais arrolados, tanto para a alínea *a* quanto para a alínea *c* (e-STJ, fls. 235/240).

É o relatório.

DECIDO.

De início, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto, ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9/3/2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/15 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

A irresignação comporta acolhimento.

(1) Da alegada necessidade de retorno dos autos ao Tribunal de origem por ofensa aos arts. 489, § 1º, IV, 1.022, II, do NCPC

No que se refere a violação dos arts. 489, § 1º, IV, 1.022, II, do NCPC, MARIA alegou genericamente a ofensa aos citados artigos, sem demonstrar de que forma houve a vulneração aos referidos dispositivos, sem indicar quais pontos do acórdão foram omissos, contraditórios ou obscuros, como se pode observar dos trechos extraídos do recurso especial por ele interposto:

*[...] o acórdão se absteve de enfrentar integralmente as teses suscitadas pelo(a) recorrente, que seriam capazes de infirmar a conclusão adotada.*

*Neste ponto, temos que a decisão recorrida foi omissa, na medida que não enfrentou argumento relevante deduzido pelo(a) recorrente, capaz de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador, levando ao provimento do recurso.*

*De acordo com o art. 489, §1º, inciso IV, do CPC, não se considera fundamentada qualquer decisão judicial que não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador.*

*O art. 489, §1º, IV, do CPC, tem fundamento no art. 93, IX, e no art. 5º, LV, da CF.*

*Deste modo, não pode ser considerado fundamentado o acórdão que deixar de refutar, uma a uma, as teses suscitadas.*

*pelas partes, em uma motivação qualificada.*

*A decisão recorrida que rejeitou os embargos de declaração, sem dirimir as questões pertinentes ao litígio, com fundamentação clara e suficiente, contrariou os art.*

*489 e 1.022 do CPC, autorizando o conhecimento do recurso especial (art. 105, III, alínea “a”, CF).*

*À vista do exposto, requer o conhecimento e provimento do recurso especial, para anular a decisão recorrida proferida nos embargos de declaração, e determinar o retorno dos autos à origem, para que seja proferido novo julgamento (e-STJ, fls. 216/217).*

Desse modo, a deficiência na fundamentação recursal inviabiliza a abertura da instância especial, porquanto não permite a exata compreensão da controvérsia, incidindo, pois, à espécie, o óbice da Sumula nº 284 do STF.

Nesse sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO. LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO SUMULAR N. 284 DO STF, POR ANALOGIA. MANIFESTAÇÃO SOBRE OFENSA A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. PREMISSA DE FATO FIXADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO SUMULAR 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*

*1. Não há como acolher a violação ao art. 535 do CPC/1973, pois as alegações que fundamentaram a pretensa ofensa são genéricas, sem discriminação dos pontos efetivamente omissos, contraditórios ou obscuros. Incide, no caso, o enunciado sumular n. 284 do STF, por analogia.*

*[...]*

*4. Agravo regimental improvido.*

*(AgRg no AgRg no AREsp 771.095/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 16/8/2016, DJe 30/8/2016 - sem destaque no original)*

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. SÚMULA Nº 284/STF. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CHAMAMENTO AO PROCESSO. OPORTUNIDADE PRECLUSA. NÃO CABIMENTO EM 2º GRAU DE JURISDIÇÃO. FUNDAMENTOS NÃO ATACADOS. SÚMULA Nº 283/STF. LEGITIMIDADE PASSIVA E*

VALOR INDENIZATÓRIO. INVERSÃO DO JULGADO. REEXAME PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. O recurso especial que indica violação do artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973, mas traz somente alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional, é deficiente em sua fundamentação, o que atrai o óbice da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal.

[...]

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 721.195/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 13/9/2016, DJe 21/9/2016 - sem destaque no original)

## **(2) Dos danos morais e da majoração do *quantum* indenizatório**

O TJMS, na análise do conteúdo fático-probatório, asseverou que a instituição financeira não logrou êxito em comprovar a legalidade dos descontos realizados no benefício previdenciário da parte autora, surgindo o direito da vítima ser indenizada moralmente, como se pode ver dos trechos extraídos do acórdão impugnado, a seguir transcrito:

*No caso em comento, o dano moral encontra-se evidenciado, visto que os descontos realizados diretamente do benefício previdenciário da autora, de forma indevida já que ausente relação jurídica entre as partes, ocasiona adversidades que ultrapassam em muito o mero aborrecimento.*

*Acerca do tema do quantum indenizatório, tem prevalecido a teoria da natureza satisfatório-pedagógica da indenização que vem ressaltada na percutiente lição de Caio Mário, citado por Sérgio Cavalieri Filho:*

*“Como tenho sustentado em minhas Instituições de Direito Civil (v.*

*II, n.176), na reparação por dano moral estão conjugados dois motivos, ou duas concausas: I - punição ao infrator por haver ofendido um bem jurídico da vítima, posto que imaterial; II – pôr nas mãos do ofendido uma soma que não é o pretium doloris, porém o meio de lhe oferecer oportunidade de conseguir uma satisfação de qualquer espécie, seja de ordem intelectual ou moral, seja mesmo de cunho material, o que pode ser obtido ‘no fato’ de saber que esta soma em dinheiro pode amenizar a amargura da ofensa e de qualquer maneira o desejo da vingança” (in:*

*Programa de Responsabilidade Civil. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004, p.108/109).*

*O valor da indenização deve atender determinados vetores*

*que dizem respeito à pessoa do ofendido e do ofensor, partindo-se da medida do padrão sócio- cultural médio da vítima, avaliando-se a extensão da lesão ao direito, a intensidade do sofrimento, a duração do constrangimento desde a ocorrência do fato, as condições econômicas do ofendido e as do devedor, e a suportabilidade do encargo. Deve-se relevar, ainda, a gravidade do dano e o caráter pedagógico-punitivo da medida.*

*Outrossim, ainda que outras Câmaras Cíveis desta Corte estejam fixando o quantum em valores consideráveis, é entendimento desta Segunda Câmara a fixação de indenização limitada até ao dobro do que foi objeto do empréstimo fraudulento.*

*No caso dos autos, o contrato discutido é o de n. 552528713, no valor total de R\$ 2.635,98, com prestações mensais de R\$ 75,60, contudo foram descontados apenas 02 (duas) prestações.*

*Aplicando-se esses parâmetros ao caso concreto, adequado e consentâneo com às finalidades punitiva e compensatória da indenização, considerando as particularidades destes autos, dentre elas o valor do contrato e das parcelas efetivamente descontadas, constata-se que o valor estabelecido pelo magistrado singular (R\$ 950,00 – novecentos e cinquenta reais) mostra-se suficiente para indenizar a autora pelo abalo sofrido sem implicar em enriquecimento sem causa, nem ônus excessivo ao devedor, além de comportar carga punitivo-pedagógica suficiente para elidir novas ocorrências da espécie.*

*Quanto à alegação de ser devida a devolução em dobro dos valores descontados, tenho que não merece acolhida.*

*A repetição de indébito deverá ocorrer de forma simples, porque para a aplicação da penalidade prevista no art. 940, do Código Civil e no art. 42, parágrafo único, do CDC, exige-se prova de má-fé da parte do credor, in verbis:*

*“Art. 42 (...) Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável”.*

*“Art. 940. Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição.” Nesse sentido:*

***"APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO JURÍDICA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS – EMPRÉSTIMO COM***

*DESCONTO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO – INDÍGENA – DESCONTOS ILÍCITOS – DANO MORAL – CONFIGURADO - VALOR DA INDENIZAÇÃO MANTIDO – NATUREZA SATISFATÓRIO-PEDAGÓGICA – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – MANTIDOS – RECURSO DESPROVIDO.*

*1. O valor da indenização deve atender determinados vetores que dizem respeito à pessoa do ofendido e do ofensor, partindo-se da medida do padrão sócio-cultural médio da vítima, avaliando-se a extensão da lesão ao direito, a intensidade do sofrimento, a duração do constrangimento desde a ocorrência do fato, as condições econômicas do ofendido e as do devedor, bem como a suportabilidade do encargo. Deve-se relevar, ainda, a gravidade do dano e o caráter pedagógico-punitivo da medida. 2. Não havendo prova da má-fé ou erro injustificável, não é possível a aplicação do art. 940, do Código Civil e art. 42, parágrafo único, do CDC, fazendo surgir apenas a obrigação de devolver a importância recebida indevidamente, de forma simples. 3. Há que se fixar os honorários de forma ponderada, equilibrada e razoável, de maneira que remunere com dignidade o advogado, levando-se em conta a equidade, moderação e razoabilidade insertas, não só no Estatuto e Tabela da OAB, como também no Código de Processo Civil (art. 85, §2º).*

*(TJMS - Apelação - Nº 0801761-08.2015.8.12.0031 – Caarapó, Rel. Des.*

*Fernando Mauro Moreira Marinho, 2ª Câmara Cível, DJ 12 de fevereiro de 2019) No caso sub judice, não havendo prova da má-fé ou erro injustificável, não é possível a aplicação dos supracitados artigos, fazendo surgir apenas a obrigação de devolver a importância recebida indevidamente, de forma simples.*

*Portanto, escorreita a sentença neste ponto, não merecendo reforma. (e-STJ, fls. 185/186).*

Nesse contexto, tem-se que o eg. Tribunal *a quo* adotou firme orientação acerca da ilegalidade na contratação do empréstimo e consequentemente dos descontos no benefício previdenciário da parte autora, gerando, indubitavelmente, o dano moral pretendido e que foi reconhecido pelas instâncias ordinárias.

Por outro lado, na linha dos precedentes desta Corte, o valor fixado a título de compensação por danos morais somente pode ser reduzido nesta Corte Superior quanto manifestamente abusivo ou irrisório.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. ACIDENTE DE CONSUMO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. AFASTADA. RESPONSABILIDADE CIVIL. SOLIDARIEDADE. CADEIA DE CONSUMO. INCIDÊNCIA. APLICAÇÃO DO CDC. ACÓRDÃO RECORRIDO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA N. 83/STJ. REVISÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

[...]

*3. A revisão dos valores fixados a título de indenização decorrente de danos morais, bem como a proporcionalidade da distribuição da sucumbência, somente é admitida no âmbito do recurso especial em situações excepcionais, em que a irrisoriedade ou o excesso é evidente, o que não é a hipótese dos autos.*

*4. Agravo regimental não provido.*

(AgRg no AREsp 826.772/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 1º/9/2016, DJe 9/9/2016 - sem destaque no original)

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS. VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

[...]

*2. Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do referido óbice, para possibilitar a revisão. No caso, o valor estabelecido pelo Tribunal de origem não se mostra excessivo, a justificar a reavaliação, em recurso especial, da verba indenizatória fixada.*

*3. Agravo interno a que se nega provimento.*

(AgInt no AREsp 785.643/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, j. 1º/9/2016, DJe 6/9/2016 - sem destaque no original)

No caso dos autos, considerando as peculiaridades do caso concreto, se mostra irrisório o valor da indenização fixada pela sentença e preservada pelo TJMS de origem em R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais). De forma que, nesse ponto, o acórdão impugnado merece reforma para que o valor da indenização por danos morais seja majorada para R\$ 3.000,00 (três mil reais), como forma de compensação.

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo para **CONHECER** em parte



# *Superior Tribunal de Justiça*

do recurso especial e, nessa extensão, **DAR-LHE PROVIMENTO**, para majorar a verba indenizatória por danos morais para R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator